

CNU

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

500 questões gabaritadas-
Praticando- Conhecimentos
Gerais- Bloco 1 a 7



CÓD: SL-128JN-24
7908433248941

Questões Gabaritadas:

1. Políticas Públicas	5
2. Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania	33
3. Ética e Integridade	57
4. Diversidade e Inclusão na Sociedade	81
5. Administração Pública Federal	111
6. Finanças Públicas	133

Nesse sentido, considerando todas as etapas do ciclo de políticas públicas municipais, é **correto** afirmar que:

- (A) há de se compreender que o processo de produção de políticas públicas não é rígido, de modo que as atribuições de gestão serão sobrepostas, ainda que se trate de uma única política pública.
- (B) o desempenho em cada uma das etapas do processo deve ser meramente técnico, subsidiando os tomadores de decisão com dados desvinculados de análises políticas.
- (C) o ocupante do cargo não é parte legítima no processo de formulação da política pública, devendo atuar a partir da etapa de implementação.
- (D) o processo decisório envolve uma importante dimensão política, não cabendo ao servidor interferir ou influenciar nesta etapa do ciclo de políticas públicas.
- (E) ainda que os trabalhos técnicos do servidor possam subsidiar novas políticas governamentais, é ilegítima sua participação na construção de novas agendas formais.

28. FGV - TECGES ADMIN (ALEMA)/ALEMA/CIÊNCIAS SOCIAIS/2023

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Formação da Agenda e Formulação das Políticas Públicas. Modelos de Tomada de Decisão

O estudo das políticas públicas usa modelos na forma de ciclos de etapas sucessivas, de modo a facilitar sua análise e identificar uma possível intervenção, como no exemplo proposto a seguir.



Nesse modelo, a(s) etapa(s)

- (A) *identificação do problema e formação da Agenda* correspondem aos processos de reconhecimento de uma questão social como problema público e de sua legitimação na pauta pública, em determinado momento.
- (B) *formulação das alternativas* consiste na escolha técnico-política dos rumos a seguir, decidindo entre as alternativas formuladas de ação efetiva ou não.

(C) *tomada de decisão* refere-se à capacidade de oferecer uma solução consistente indicando os encaminhamentos e programas para o problema social diagnosticado.

(D) *implementação* contribui para os esforços de efetivação da ação governamental, mediante a verificação da pertinência, viabilidade e eficácia potencial de um programa.

(E) *avaliação* identifica o conjunto de assuntos e problemas que os gestores públicos e a comunidade política entendem como mais relevantes em um dado momento.

29. FGV - AFFC (CGU)/CGU/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Formação da Agenda e Formulação das Políticas Públicas. Modelos de Tomada de Decisão

A análise de políticas públicas pode ser entendida como a atividade orientada para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados à resolução de problemas públicos. Para tanto, se faz necessário compreender as diferentes formas de avaliar e identificar ineficiências antes, durante e depois da implementação de políticas públicas. Essa avaliação, quando feita de forma preliminar à tomada de decisão, é denominada *ex ante*.

Essa metodologia ocorre:

- (A) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa ao monitoramento da política pública em andamento;
- (B) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a orientar a decisão para que a política pública formulada seja a mais efetiva, eficaz e eficiente;
- (C) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a produzir propostas de melhoria de políticas públicas já instituídas;
- (D) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar os impactos de políticas públicas após sua implementação;
- (E) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar o custo-benefício da política pública implementada.

30. FGV - AFFC (CGU)/CGU/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Formação da Agenda e Formulação das Políticas Públicas. Modelos de Tomada de Decisão

Uma forma de imprimir racionalidade ao processo de formulação e viabilizar a posterior avaliação das políticas públicas é a utilização do modelo lógico, uma importante ferramenta para identificar e descrever os componentes do desenho, da operação e dos resultados esperados de uma política pública durante sua elaboração. O modelo lógico é formado por cinco componentes: insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

Sobre os componentes do modelo lógico, é **correto** afirmar que:

- (A) resultados são os efeitos de longo prazo observados nos indivíduos ou instituições em decorrência da intervenção realizada;
- (B) produtos são os recursos necessários à realização da intervenção ou implementação da política;
- (C) insumos são os frutos diretos e quantificáveis da política pública;
- (D) impactos são os efeitos imediatos da intervenção ou política pública, nem sempre mensuráveis;
- (E) atividades são as ações e os serviços realizados no escopo da política pública.

31. COM. EXAM. (MPE SP) - PJ (MPE SP)/MPE SP/2022

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Formação da Agenda e Formulação das Políticas Públicas. Modelos de Tomada de Decisão

Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os órgãos e entidades da Administração Pública devem avaliar suas políticas públicas e dar a devida publicidade do objeto avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.
- (B) A enunciação de direitos sociais pela Constituição gera o reconhecimento de direitos individuais e coletivos, além de incumbir o Estado de sua concretização por meio de políticas públicas, da prestação direta ou indireta desses direitos, do incentivo e da parceria com a iniciativa privada.

(C) Para participação efetiva no processo de elaboração de políticas públicas, o particular tem direito de receber dos órgãos públicos oficiais quaisquer informações de interesse coletivo ou geral que digam respeito ao objeto de audiência pública, desde que explicita os motivos do seu interesse.

(D) Incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, assim reconhecidos por serem titularizados pelo Estado ou livres à iniciativa privada, bem como promover as medidas necessárias à sua garantia conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

(E) Cabe controle judicial sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos constitucionais sociais.

32. IAUPE - AnAAF (SEFAZ PE)/SEFAZ PE/2022

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Formação da Agenda e Formulação das Políticas Públicas. Modelos de Tomada de Decisão

No ciclo das políticas públicas, após a construção de agenda e da formulação da política, tem-se o processo decisório. Sobre o processo decisório, diz-se que

I. a formação das alternativas e a tomada de decisão se caracterizam pela apresentação de propostas pelos atores, em vista da resolução de um problema posto, considerando a expressão de interesses diversos a serem combinados, de modo que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas.

II. uma tomada de decisão significa que todas as decisões relativas a uma política pública já foram tomadas.

III. quando a política pública é pouco conflituosa e agrega bastante consenso, o seu núcleo pode ser bastante abrangente e reunir decisões sobre diversos aspectos.

IV. quando são muitos os conflitos da política pública, as questões se apresentam complexas e as decisões requerem pragmatismo ideológico e conhecimentos, ainda que superficiais, a fim de alcançarem o maior número de pessoas e aspectos possíveis, antecipando as decisões para o momento de oportunidade e conveniência política.

Está **correto** o que se afirma apenas em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

- (C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é a falsa.
 (D) As duas afirmativas são falsas.

76. FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/TÉCNICA LEGISLATIVA/2023

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Conceitos de Estado (Ciências Políticas)

A história do Parlamento brasileiro completa dois séculos em 2023, desde a instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em maio de 1823. Durante esses 200 anos, o Legislativo brasileiro foi fechado, dissolvido e seus deputados tiveram o mandato cassado repetidas vezes.

As afirmativas a seguir exemplificam corretamente processos de intervenção no Legislativo brasileiro, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A Constituição outorgada em 1824 foi elaborada pelo Conselho de Estado nomeado por Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823.
 (B) No Segundo Império, a Câmara dos Deputados foi dissolvida várias vezes pelo imperador, no exercício privativo do poder moderador.
 (C) Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional, mas manteve as assembleias legislativas dos estados e as câmaras municipais.
 (D) Na ditadura militar, o Ato Institucional nº 2 conferiu ao presidente da República o poder de decretar o recesso do Congresso, autorizando que nesse período o presidente legislasse por decretos-leis.
 (E) A Constituição de 1988 não prevê a dissolução do Parlamento e pedidos públicos de fechamento do Congresso podem ser considerados crime contra o regime representativo e democrático de direito.

77. FGV - CL (SEN)/SEN/ASSESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS/ORÇAMENTO E ANÁLISE ECONÔMICA/2022

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Conceitos de Estado (Ciências Políticas)

A formulação do conceito de Estado moderno remonta ao século XVI, quando a crise dos grandes poderes universais e dos poderes senhoriais feudais abriu o espaço para a formação de monarquias centralizadas dinástico-territoriais, em conflito pela hegemonia da Europa.

Na França, em um contexto de guerras interestatais e civis religiosas, o jurista Jean Bodin desenvolveu uma das primeiras teorias sobre o poder soberano como principal agente da racionalização política:

Aquele que é soberano não deve estar sujeito ao comando de outrem em modo algum, e deve poder dar a lei aos seus súditos e apagar ou anular as palavras inúteis nela substituindo-as por outras, o que não pode ser feito por quem está sujeito às leis ou a pessoas que exercem o poder sobre ele. Por isso, a lei afirma que o príncipe não está sujeito à autoridade das leis, e em latim a palavra lei significa o comando de quem tem o poder soberano. Assim como o papa, segundo os canonistas, nunca pode atar as próprias mãos, também não as pode atar o príncipe soberano, mesmo que o quisesse. Por isso, no fim dos editos e das ordenanças vemos as palavras “pois tal é o nosso prazer”, para que esteja claro que as leis do príncipe soberano, mesmo que fundadas em motivos válidos e concretos, dependem apenas de sua pura e livre vontade. Quanto, porém, às leis naturais e divinas, todos os príncipes da terra estão sujeitos a elas, nem possuem poder para transgredi-las, se não quiserem serem culpados de lesa majestade divina, pondo-se em guerra contra aquele Deus a cuja majestade todos os príncipes da terra devem se submeter, com absoluto temor e reverência.

Adaptado de J. Bodin, I sei libri dello Stato. Torino: Utet, 1964, livro I, cap. VIII, p. 358-362.

Com base no trecho e em seus conhecimentos, assinale a afirmativa que caracteriza **corretamente** o conceito moderno de estado e de soberania em Bodin.

- (A) Exercer a soberania absoluta, fazendo uso integral dos poderes da soberania, significa poder modificar o direito ordinário, consuetudinário e as leis fundamentais do Reino.
 (B) Para que o poder seja absoluto, deve se sobrepor a todos os demais poderes, por isso ele se manifesta na prerrogativa de não se submeter à autoridade das leis.
 (C) O poder absoluto consiste na faculdade de derrogar as leis civis, no caráter juridicamente incondicionado da soberania e em sua limitação pelo direito divino e natural.
 (D) O Estado moderno é caracterizado por uma entidade soberana, o Estado, que exerce o poder coercitivo sobre um território e possui o monopólio do uso legítimo da força.
 (E) A soberania moderna baseia-se na divisibilidade de poderes exercidos por um Estado sobre uma comunidade política, submetida aos poderes soberano, divino e natural.

Vão liderar o processo os institutos de filantropia do bilionário Jeff Bezos e do ator Leonardo DiCaprio. Juntos, eles irão mobilizar onze entidades de filantropia para captar os recursos.

(Disponível em: www.noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/02/11/bezos-e-di-caprio-fecham-operacao-emergencial-na-amazonia-com-marina. Acesso em: 11/02/2023.)

Em relação à Amazônia, no que tange às suas características e importância ambiental, analise as assertivas a seguir.

I. Detém uma grande parte da biodiversidade do mundo, o desenvolvimento biotecnológico, as essências variadas e as substâncias que atuam no combate às pragas, além do desenvolvimento dos produtos farmacológicos sendo um tesouro inestimável para a humanidade.

II. Produtos extraídos como óleos, resinas, ervas, frutos e borracha contribuem economicamente com a vida das famílias extrativistas da Amazônia; esta forma de economia racional das populações locais favorece a fixação do homem no campo e, conseqüentemente, a melhora na qualidade de vida.

III. A Amazônia Legal foi criada pelo governo brasileiro no ano de 1950 com o intuito de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico da região Amazônica, abrangendo estados brasileiros e países vizinhos. Sua delimitação não é definida com base no bioma Amazônia; é baseado em análises estruturais e conjunturais com viés sociopolítico e não geográfico.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.

4. Instituto Consulplan - AOp (Pref Orlândia)/Pref Orlândia/2023

ASSUNTO: ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS - Meio Ambiente no Brasil

A Baía do Sancho, em Fernando de Noronha, foi eleita a melhor praia do mundo em 2023. A plataforma TripAdvisor descreve a Baía como uma “bela praia remota” que só pode ser acessada descendo escadas e degraus de pedra e que possui “majestosas falésias de tirar o fôlego”. O local é muito admirado por estar cercado de vegetação, ter água turquesa transparente e areias bem clarinhas, combo perfeito para a prática de esportes aquáticos, como o mergulho. A praia faz parte do paradisíaco arquipélago brasileiro fica a cerca de 354 quilômetros da costa do Brasil continental.

Vale ressaltar que não é a primeira vez que a Baía do Sancho figura na mesma lista: no ano passado, a praia brasileira apareceu no sétimo lugar entre as 25 melhores do mundo; já em 2021 ficou na terceira posição.

(Disponível em: <https://viagemgastronomia.cnnbrasil.com.br/noticias/baia-do-sancho-em-fernando-de-noronha-e-eleita-a-melhorpraia-do-mundo-em-2023/>. Acesso em: 28/02/2023. Adaptado.)

A praia Baía do Sancho pertence ao estado de:

- (A) Bahia.
- (B) Sergipe.
- (C) Maranhão.
- (D) Pernambuco.

5. VUNESP - ASB (Pref Sorocaba)/Pref Sorocaba/2023
ASSUNTO: ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS - Meio Ambiente no Brasil

Políticos e entidades da sociedade civil se manifestaram hoje sobre o assassinato da dupla que foi sequestrada enquanto se deslocava de barco pelo rio Itaqui após visita à Terra Indígena do Vale do Javari, território que é alvo de inúmeras invasões. O desaparecimento foi notificado em 5 de junho.

(UOL – <https://bit.ly/3g5WRQb> – publicado em 15.jun.2022 – Acesso em 10.nov.2022. Adaptado)

Completando a notícia é **correto** afirmar que a dupla

- (A) lutava pela posse de terras em área de garimpo e pesca ilegal no Pará.
- (B) era formada por um indigenista e um jornalista que lutavam contra a pesca ilegal no Amazonas.
- (C) produzia uma reportagem sobre o desmatamento no Acre para um jornal inglês.
- (D) resistia contra a ocupação de terras por madeiros ilegais no Mato Grosso.
- (E) entrou em confronto com garimpeiros que utilizavam mercúrio no Amapá.

6. OBJETIVA CONCURSOS - Moto (Itaipulândia)/Pref Itaipulândia/2023

ASSUNTO: ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS - Meio Ambiente no Brasil

Considerando-se o tempo de decomposição dos materiais descartados na natureza, em condições similares, ordenar os materiais abaixo do que leva menos tempo para o que leva mais tempo para se decompor e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:



A sequência está **correta** em

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, V, V.
- (E) F, V, F, V.

22. FUNCERN - Ass Leg (CM Natal)/CM Natal/Gestão Pública/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou a importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como elemento de planejamento fiscal e, com isso, foi criado, como parte integrante da LDO, o

- (A) anexo de metas fiscais.
- (B) anexo quadrimestral.
- (C) relatório de gestão fiscal.
- (D) relatório resumido da execução orçamentária.

23. SELECON - ALeg (CM Várzea Gde)/CM Várzea Grande/Contador/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e conerá a evolução do patrimônio líquido, que destaca:

- (A) a avaliação da situação financeira e atuarial
- (B) o cumprimento das metas patrimoniais relativas ao ano anterior
- (C) a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- (D) a consistência dos resultados pretendidos consoante as premissas e os objetivos da política econômica nacional

24. SELECON - ALeg (CM Várzea Gde)/CM Várzea Grande/Contador/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, se verificado no curso da execução orçamentária, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os poderes promoverão limitação de empenho e movimentação financeira. No caso de restabelecimento da receita prevista, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á:

- (A) somente quando atestada a recomposição integral das dotações
- (B) de forma proporcional às reduções efetivadas, ainda que a recomposição das dotações seja parcial
- (C) somente quando a recomposição das dotações alcançar os critérios fixados na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias
- (D) mediante nova programação financeira que ajuste o cronograma de desembolso a estimativas atualizadas para o exercício

25. FGV - APO (Pref RJ)/Pref RJ/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF)

Ao final do terceiro bimestre de um determinado exercício financeiro, foi verificado um significativo decréscimo na realização da receita em relação à estimativa constante na LOA de ente municipal e detalhada em sua programação financeira.

Esse decréscimo compromete o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal definidas na LDO. O chefe do Poder Executivo publicou ato estabelecendo limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na LDO, mas o chefe do Poder Legislativo não o fez no prazo legal.

Nesse caso:

- (A) as dotações orçamentárias totais do ente deverão ser revisadas até o final do bimestre seguinte;
- (B) o chefe do Poder Legislativo será notificado pelo respectivo Tribunal de Contas;
- (C) o plenário da casa legislativa deverá promover a limitação de empenho em até trinta dias;

51. VUNESP - Proc (CAMPREV)/CAMPREV/2023
 ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Operações de Crédito (arts. 32 a 39 da LRF)

Segundo as disposições da Lei Complementar no 101/00 acerca das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, é **correto** afirmar que

- (A) serão realizadas somente a partir do décimo dia do início do exercício e deverão ser liquidadas até o dia 31 de dezembro de cada ano.
- (B) serão autorizadas somente se forem cobrados outros encargos, além da taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira ou à que vier a substituí-la.
- (C) serão permitidas até o último ano do mandato de Presidente, Governador ou Prefeito Municipal, desde que incluam a taxa de juros da operação e a correção monetária.
- (D) serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico, promovido pelo Banco Central do Brasil, quando realizadas por Estados ou Municípios.
- (E) os Tribunais de Contas respectivos manterão sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicarão as sanções cabíveis à instituição credora.

52. FEPESE - Cont (BCPREVI)/BCPREVI/2023
 ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Operações de Crédito (arts. 32 a 39 da LRF)

Sobre operações de crédito, é **correto** afirmar a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal:

1. Equipara-se à operação de crédito a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
2. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
3. São permitidas operações de crédito para auxílio a instituições do Sistema Financeiro Nacional controladas pelos entes, mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
4. As concessões de operações de redesconto e de empréstimos pelo Banco Central do Brasil a instituições financeiras são equiparadas a operações de crédito e estão vedadas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- (A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- (B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- (C) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- (D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- (E) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.

53. OBJETIVA CONCURSOS - TCon (Itaipulândia)/Pref Itaipulândia/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Garantia, Contragarantia e Restos a Pagar (arts. 40 a 42 da LRF)

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a garantia e a contragarantia, analisar a sentença abaixo:

Quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados não poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento (1ª parte). O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida (2ª parte).

A sentença está:

- (A) Totalmente correta.
- (B) Correta somente em sua 1ª parte.
- (C) Correta somente em sua 2ª parte.
- (D) Totalmente incorreta.

54. FEPESE - Cont (BCPREVI)/BCPREVI/2023
 ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Transparência da Gestão Fiscal (arts. 48 e 49 da LRF)

Primando pela transparência da gestão fiscal, a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estabelece que:

- (A) A divulgação das informações de que trata o art. 48-A da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, deve ser realizada identificando as despesas no estágio do empenho e a receita no estágio da arrecadação, comparando-as com as informações do período anterior.
- (B) Os Municípios com população inferior a duzentos mil habitantes receberam prazo superior para cumprimento do art. 48-A da Lei Complementar federal 101, de 2000.